



**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS  
PUBLICADOS NA BASE ATENA NO PERÍODO DE 2012 A 2016.**

**TAX PLANNING: BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF ARTICLES PUBLISHED AT  
THE ATHENA BASE IN THE PERIOD FROM 2012 TO 2016.**

**Angela Valuz Ribeiro Ramos**

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil  
angelavaluz@hotmail.com

**Sofia Ines Niveiros**

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil, Brasil  
sniveiros@hotmail.com

**João Bosco Arbues Carneiro Junior**

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil  
jbacj@hotmail.com

**Resumo**

O foco deste trabalho é, por meio da análise bibliométrica dos artigos publicados na Base Atena entre o período de 2012 a 2016, identificar periódicos com a finalidade de verificar as discussões trazidas por estas revistas científicas sobre o tema planejamento tributário. A metodologia da pesquisa é caracterizada como descritiva, bibliográfica, com análise bibliométrica e quanti-qualitativa. O critério de seleção utilizado foi pesquisar os artigos que constassem as palavras: tributário, tributária e tributos. Neste trabalho foi realizada uma breve revisão de literatura, de assuntos relacionados ao planejamento tributário, assim como os seus aspectos conceituais, a carga tributária, para que então posteriormente, se possam evidenciar as discussões dos estudiosos sobre a tributação e os tributos. Concluiu-se que não é significativa a quantidade de artigos publicados sobre este assunto, mas todo ano esta quantidade aumenta. A maioria dos trabalhos relaciona-se com o setor privado e a metodologia mais utilizada neste período amostral, foi o levantamento/survey. Por fim, se verificou que com exceção de um, todos os artigos são escritos por mais de um autor e apenas sete autores de todos os trabalhos analisados publicaram duas vezes em dois trabalhos

diferentes, os demais publicaram apenas uma vez.

**Palavras Chaves:** Tributos. Planejamento Tributário. Análise Bibliométrica.

### **Abstract**

*The focus of this work is, through the bibliometric analysis of the articles published in Base Athena between the period of 2012 and 2016, to identify periodicals with the purpose of verifying the discussions brought by these scientific journals on the topic of tax planning. The research methodology is characterized as descriptive, bibliographical, with bibliometric and quanti-qualitative analysis. The selection criterion used was to search the articles that included the words: tributary, tax and taxes. In this work, a brief literature review was carried out on topics related to tax planning, as well as its conceptual aspects, the tax burden, so that later on, the discussions of scholars about taxation and taxes could be evidenced. It was concluded that the number of articles published on this subject is not significant, but each year this amount increases. Most of the work is related to the private sector and the methodology most used in this sample period was the survey / survey. Finally, it was verified that with the exception of one, all the articles are written by more than one author and only seven authors of all the analyzed works published twice in two different works, the others only published once.*

**Key Word:** Taxes. Tax Planning. Bibliometric Analysis.

## **1. Introdução**

A carga tributária brasileira é uma das mais elevadas do mundo. Segundo estudo que foi feito em anos anteriores pelo (IBPT) Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o Brasil está no 14º lugar do ranking mundial entre os 29 países da (OCDE) Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (IBPT, 2015). Inclusive encontra-se como a maior carga tributária da América Latina (Nakagawa, 2016).

Mesmo não sendo o país em primeiro lugar de arrecadação de carga tributária, o Brasil pode ser considerado o país com maior carga tributária em função do retorno da arrecadação em benefícios para o cidadão (Política Brasileira, 2016). Isso gera grande insatisfação e prejuízo aos brasileiros, como também afasta investidores.

Esta carga afeta significativamente o resultado financeiro das empresas, assim, o Planejamento Tributário torna-se indispensável e fundamental para o desenvolvimento e bom

funcionamento dos negócios e continuidade delas. Vieira (2009) defende que o Planejamento Tributário atrai cada vez mais o interesse dos empresários brasileiros.

A alta carga tributária acarreta o fechamento de muitas organizações, pois esta é uma das maiores dificuldades de sobrevivência das instituições (Campos, 2016). Além do que a complexidade deste problema onera vários setores, como o do comércio podendo prejudicar também a competitividade entre as empresas.

Diante disso, surge a necessidade de planejar uma economia tributária de maneira “legal” para a sobrevivência das organizações. O Planejamento Tributário surge de forma que respeitando a lei de forma integral, seja possível a partir de então, diminuir os valores relacionados com a carga tributária. Isto é possível através da “existência de lacunas (brechas) na lei que possibilitem realizar essa operação da forma menos onerosa possível para o contribuinte, sem contrariar a lei”. (Fabretti & Fabretti, 2011, p. 144).

Para Crepaldi (2012) a carga tributária para um agente econômico - uma associação ou cooperativa, empresa ou instituição financeira - é uma questão de custos, isto é, um custo tributário, que é um ônus empresarial, precisamente deve ser diminuído para uma máxima lucratividade do empreendimento. Afirma ainda que a carga tributária é um conjunto de tributos das três esferas de Governo (Municipal, Estadual e Municipal) que atinge a economia e a sociedade de um modo geral.

Assim sendo, pode-se afirmar que a sobrevivência de qualquer organização demanda além de uma série de fatores, uma excelente administração tributária e para isto é necessário que o profissional contábil esteja em constante processo de aprendizagem. Sabe-se então, que para fazer dessa discussão, uma prática à busca por aprimoramento, conhecimento deve ser um aprendizado indispensável. Surge, a partir de então a necessidade de verificar textos científicos sobre o assunto. Diante do exposto pretende-se investigar a seguinte questão: O que a comunidade científica, em relação aos artigos apresentados na Base Atena vem publicando sobre Planejamento Tributário durante o período de 2012 até 2016? Desta forma o estudo objetiva realizar uma análise bibliométrica dos artigos publicados nas revistas científicas contida na Base Atena, sobre Planejamento Tributário entre o período de 2012 a 2016. Para atingir este objetivo seguiram-se as seguintes etapas: (a) apresentar por meio do referencial teórico os principais aspectos conceituais do Planejamento Tributário, assuntos correlatos e também sobre análise bibliométrica; (b) coletar os artigos publicados na Base Atena sobre Planejamento Tributário no período de 2012 a 2016; (c) identificar quais os principais autores que publicam nessa área; (d) verificar qual metodologia esta sendo utilizada para realizar as pesquisas nessa área de concentração.

O estudo justifica-se devido à realidade da conjuntura atual frente à alarmante carga tributária que sofrem as empresas. Identificar e analisar o que está sendo publicado sobre o assunto esclarecerá como a academia está trabalhando suas publicações. De acordo com o contexto em que as empresas estão inseridas, tem aumentado a busca pelo Planejamento Tributário e diante disto, é evidente que a pesquisa é importante para os estudiosos da área, pois busca verificar o que tem sido publicado a respeito deste cenário de tributação e quais são os principais autores, isto pode auxiliar no processo avaliando como outras organizações estão trabalhando.

## **2. Fundamentação teórica**

Este tópico abrange os conceitos fundamentais de Tributos, Planejamento Tributário e sua importância para as empresas e Análise Bibliométrica.

### **2.1 Tributos**

Um dos objetos do direito tributário é a criação de tributos. Crepaldi (2012, p. 12) define o direito tributário como “a ciência que estuda os princípios e normas que disciplinam a ação estatal de exigir tributos”. Carvalho (2011) se aprofunda descrevendo que o direito tributário tem dois objetos: direto e indireto. O direto envolve (a) instituição que cria os tributos (função somente do Estado), (b) arrecadação que é o recolhimento (principal artifício do Direito Tributário), (c) fiscalização que é a forma de verificar ou investigar se há compatibilidade na arrecadação com as normas previstas em legislação tributária; e a (d) extinção é quando o Fisco desfaz os tributos e rompe o envolvimento com o devedor do tributo. Enquanto o objeto indireto compreende as normas que de forma indireta abrangem o objeto direto do direito tributário.

Sendo assim, pode se afirmar que o objeto do direito tributário circula em torno dos tributos. Tributo é “dever fundamental exigido de quem tenha realizado o fato descrito em lei elaborada de acordo com a competência específica outorgada pela Constituição” (Torres 2003, p. 334). Uma das finalidades dos tributos é arrecadar recursos para manutenção das obras públicas. Para Crepaldi (2012) tributo é contribuição obrigatória para a manutenção do Estado, seja para União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

O tributo tem funções fiscais e extrafiscais, a primeira é garantir recursos financeiros para o funcionamento do Estado e a segunda, é que o tributo também intervém no domínio econômico, com a finalidade de gerar estabilidade, protegendo a economia nacional, proporcionando aumento de empregos e incentivando atividades produtivas (Crepaldi, 2012).

As espécies do tributo são classificadas segundo o CTN – Código Tributário Nacional como: impostos, taxas e contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios. O CTN (1966) define tributo como “prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Desta forma, tributo é uma obrigação, deve-se liquidá-lo independente da vontade do contribuinte ou da sua capacidade civil.

Crepaldi (2012) garante que o tributo tem caráter apenas pecuniário, ou seja, a prestação em dinheiro, moeda corrente ou cheque conforme descrito no art. 162, I, CTN e esses casos especiais de pagamento em moeda que não seja corrente é exceção à regra geral. O conceito de tributo é esquematizado por Crepaldi conforme o quadro a seguir.

Quadro 1- O que é tributo

|   |   |
|---|---|
| “Toda prestação pecuniária compulsória”.                          | Todo pagamento obrigatório ao Estado.   |
| “Em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir”.                  | O pagamento é efetuado em dinheiro, mas a lei poderá admitir que ele seja feito por meio de algo de valor equivalente à moeda, ou nela conversível. |
| “Que não constitua sanção de ato ilícito”                         | Tributo não é penalidade por infração; multa, sim, constitui sanção pecuniária decorrente de ato ilícito.   |
| “Instituído em lei”.  | Sem lei que o institua não existe tributo; princípio da legalidade.   |
| “Cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. | A cobrança deve ser realizada conforme determina a lei, não comportando discricionariedade do administrador público.                                |

Fonte: Crepaldi (2012, p. 20)

Os elementos dos tributos são: o fato gerador, a base de cálculo, a alíquota, o adicional e o montante do tributo (Fabretti & Fabretti, 2011; Ctn, 1996; Amaro, 2006; Pomoceno, 2008).

O Supremo Tribunal Federal aponta como cinco as espécies tributárias, sendo elas: os impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios. Já a Constituição Federal coloca em seu art. 145 três espécies, os impostos, taxas e contribuições de melhoria. Crepaldi (2012 p. 21) entende que o empréstimo compulsório e contribuições sociais “são tributos que não são definidos por fato gerador, e sim pela finalidade a que se destinam. Não se aplica o art. 4º do CTN”.

Os tributos têm duas classificações em espécies: os vinculados que são taxas e contribuições de melhoria, estes uma vez instituídos por lei, são devidos apenas quando houver uma atividade estatal prestada ou colocada à disposição do contribuinte e os não vinculados que são os impostos, que uma vez instituídos em lei, são devidos, independentemente de qualquer atividade estatal em relação ao contribuinte (Fabretti &

Fabretti, 2011).

As taxas são tributos onde o fato gerador é configurado por uma atuação estatal específica, referível ao contribuinte, que pode consistir: no exercício regular do poder de polícia; na prestação ao contribuinte, ou colocação à disposição deste, de serviço público específico e divisível (Souza; Catana, 2009; CTN, 1996)

Outro tributo vinculado são as contribuições que podem ser divididas em duas: de melhoria e sociais. As de melhoria são cobradas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios para utilizar em obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. As sociais são tributos destinados à coleta de recursos para certas áreas de interesse do poder público, na administração direta ou indireta, ou na atividade de órgãos que colaboram com a administração (Rufino, 2011; CTN, 1996). Percebe-se que assim como as taxas, as contribuições têm finalidades de arrecadação semelhantes, sendo previstas em lei.

Enquanto o tributo não vinculado são os impostos que são valores cobrados do contribuinte independente da atividade estatal, ou seja, não depende de alguma ação do contribuinte, mas o estado os cobra, por isso se difere das taxas e contribuições. A arrecadação dos impostos não tem gastos específicos, são destinados para obras públicas, gastos públicos no geral mediante previsão no orçamento (CTN,1966)

Por fim, o empréstimo compulsório é caracterizado como um tributo não definido pelo fato gerador, mas sim o objetivo pelo qual se destina. Este, também denominado “empréstimo forçado” é um ingresso de recursos temporário nos cofres do Estado, pois o Estado tem a obrigação de restituir a importância que foi emprestada (Amaro, 2006; Crepaldi, 2012). Ele é cobrado pela União, mediante lei complementar, é utilizado em dois casos: despesa extraordinária decorrente de calamidade pública ou guerra externa, sendo assim, o empréstimo compulsório não tem fim previsto em nenhum orçamento (Crepaldi, 2012).

De modo geral, a competência dos tributos se dividem nas três esferas do governo: federais, estaduais e municipais. Já quanto à função dos tributos e a forma pelo qual eles se destinam é fiscal, extrafiscal ou parafiscal. A finalidade extrafiscal do tributo é regulatória, já a finalidade fiscal é a arrecadação, sendo que a finalidade parafiscal é fiscalização de áreas específicas, como a seguridade social (Crepaldi, 2012).

Vale ressaltar a quantidade de tributos existentes no Brasil. Crepaldi (2012, p. 60) afirma que o Sistema Tributário Nacional é “composto por 61 tributos federais, estaduais e municipais”. É um exagero, o que contribui para a complexidade das normas que regulamentam os tributos. Diante desta realidade, é certo afirmar a necessidade do

planejamento a fim de obter uma economia fiscal.

## 2.1 Planejamento Tributário

O planejamento tributário é um método utilizado com a finalidade de obter uma economia fiscal dos tributos. Marion (2002) define planejamento fiscal ou tributário como:

a análise do conjunto de atividades atuais ou dos projetos de atividades econômico-financeiras do contribuinte em relação ao seu conjunto de obrigações fiscais, com o escopo de organizar suas finanças, seus bens, negócios, rendas e demais atividades com repercussões tributárias, de modo que venha a sofrer o menor ônus fiscal possível (Marion, 2002, p. 33).

Ou seja, planejamento é uma forma legal de organizar as operações, é uma alternativa preventiva e menos onerosa. Os contribuintes tem o direito de pagar menos impostos, mas para isso é preciso “estudar e identificar todas as alternativas legais aplicáveis ao caso ou a existência de lacunas (brechas) na lei que possibilitem realizar esta operação da forma menos onerosa possível [...] sem contrariar a lei”. (Fabretti & Fabretti, 2011 p. 143).

Diante da carga tributária o planejamento tributário se torna eficiente para melhorar as finanças da empresa e para isto é importante destacar que “a base de um adequado planejamento fiscal é a existência de dados regulares e confiáveis” (Crepaldi, 2012, p. 78). Vale destacar que para a eficiência de um bom planejamento tributário é necessário esmiuçar os tributos passíveis de serem recolhidos.

O planejamento tributário de acordo com Oliveira et. al (2005) é uma forma lícita de reduzir a carga fiscal. É necessário o estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial com o objetivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte. Esta forma lícita de reduzir a carga tributária é chamada de elisão fiscal. Existe também a forma ilícita que é sonegar, e esta é chamada de evasão fiscal.

A elisão fiscal é bastante utilizada por empresas e empresários que desejam reduzir impostos sobre o faturamento e aumentar melhores resultados financeiros. Crepaldi (2012) afirma que o sistema jurídico admite a elisão fiscal, com o objetivo de alcançar um impacto tributário reduzido. A elisão fiscal é o planejamento tributário em si, porque utiliza de métodos legais, é um procedimento autorizado que objetiva uma carga fiscal menor.

Enquanto isso, a evasão fiscal é quando o contribuinte utiliza de métodos fraudulentos e ilícitos, é a chamada “sonegação fiscal”. Crepaldi (2012) cita que a evasão fiscal é ato de negligenciar, infringir as leis e os procedimentos fiscais. Alguns dos mecanismos ilícitos são evitar o pagamento dos tributos, emissão de falsas declarações, realizar documentos com informações distorcidas ou falsas, como falta de emissão de nota fiscal, nota fiscal calçada

(primeira via com um valor diferente das vias arquivadas na contabilidade), lançamentos contábeis de despesas inexistentes, etc. (Crepaldi, 2012). A evasão fiscal está prevista na lei nº 8.137/90 – Lei dos Crimes Contra Ordem Tributária, Econômica e contra as relações de consumo, descrevendo os fatos que constituem crime e a pena correspondente. Entende-se que a sonegação fiscal, não é apenas o não pagamento do tributo, mas utilizar de artifícios ilícitos para esta não liquidação. Portanto, a evasão intencional pode ser a sonegação ou a fraude, sendo que na primeira tem um lugar antes do fato gerador, sendo a segunda, idealizada antes do fato gerador.

Compreende-se diante destes conceitos, que a elisão e a evasão fiscal têm suas semelhanças e diferenças. As semelhanças se dão, pois, ambas têm como finalidade evitar o pagamento dos tributos e as diferenças são as formas pelas quais elas ocorrem; a elisão de maneira expressa em lei de modo a buscar as brechas e a evasão de maneira ilícita, ilegal como sonegação ou fraude (Silva et al., 2011).

Crepaldi (2012) apresenta dois tipos de elisão fiscal, as originadas da própria lei e aquela que deriva das brechas que existem nela. No caso da elisão fiscal originada da própria lei pode citar como exemplo, os incentivos fiscais, como é o caso do Incentivo à Inovação Tecnológica (Lei n. 11.196/2005). Esse tipo de elisão é um incentivo, um benefício do próprio legislador, dispositivo legal para incentivar a economia de impostos. Por outro lado, a que é original das brechas, busca estudar criteriosamente a legislação específica de maneira que consiga economizar, otimizar os custos tributários, utilizando elementos que a lei não proíbe ou elementos que possibilitem o fato gerador de determinado tributo.

O contribuinte tem o direito de realizar seu planejamento fiscal (Zanluca, 2017). Apesar do poder que tem Estado de exercer sua soberania na criação, estabelecimento dos tributos, com a finalidade de atender as necessidades públicas, o contribuinte tem o direito ao conhecimento, com clareza e exatidão, dos limites e do conteúdo de sua relação com o Fisco, segundo Crepaldi (2012).

### **2.3 A importância do Planejamento Tributário**

A elisão fiscal ou planejamento tributário é a única forma lícita de economizar tributos. Um dos motivos pelos quais se torna indispensável o estudo, aprimoramento e aplicação do planejamento tributário é a alta carga tributária brasileira existente com o foco da diminuição do seu impacto para as empresas.

A carga tributária é o conjunto de tributos, que são os impostos, taxas e contribuições. Ferreira (2015) descreve que Brasil é um dos países com maior carga tributária existente no

mundo e esta afirmativa leva a reflexão da importância do planejamento fiscal para o desenvolvimento financeiro das empresas. Os índices da carga tributária têm crescido ao longo dos anos, porém os investimentos em serviços básicos, como: educação, saúde, infraestrutura, saneamento, energia, transporte, segurança, etc. é ineficiente (Ferreira, 2015). O Brasil é ineficaz na aplicação dos recursos arrecadados dos contribuintes.

Aproximadamente 40% do faturamento de uma empresa são impostos (Crepaldi, 2012). Este percentual é um motivo que torna relevante estudar meios para reduzir esta carga tributária de forma legal. Inclusive, a alta carga tributária prejudica e desestimula: a competitividade, a produção e influencia no fechamento de muitas destas organizações; além de ser considerada mais injusta do que excessiva (Freitas Junior; Cintra, 2010).

Outro dado relevante é que o ônus do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro das empresas pode representar 51,5% do lucro líquido apurado (Crepaldi, 2012). Esses dados evoluem com o passar do tempo, como garante Ferreira (2010) que afirma na década de 80, a carga tributária correspondia a 25% do PIB e esse mesmo dado em 2010 passou a 33%.

Ferreira (2015) ressalta que é necessário trabalhar um terço do ano para pagar tributos. Defende ainda, que dos 34 países da América Latina, o Brasil encontra-se em segundo lugar com maior carga tributária. Essa realidade da carga tributária brasileira incide na conta de luz em 42,28% e na gasolina 53,03% de tributos. Além disso, esses dados não são sinal de oferecimento de serviços de boa qualidade no Brasil.

Levando em consideração os índices apresentados, cabe destacar que os brasileiros não estão satisfeitos com o retorno desta alta carga tributária (Crepaldi, 2012). Por fim, é possível afirmar que existe a necessidade da realização do planejamento tributário nas empresas, a fim de minimizar os custos tributários, proporcionando economia fiscal e consequentemente melhor administração tributária.

A elaboração de um bom planejamento tributário acarreta inúmeros benefícios para o contribuinte, um deles é a possível recuperação dos tributos já recolhidos. A metodologia adotada para elaboração do planejamento requer a revisão da estrutura corporativa, análise do planejamento estratégico, exige o mapeamento das atividades (Controladoria), a formulação de estratégia tributária e para que isto ocorra é importante que a contabilidade esteja em dias, isto é, toda a escrituração contábil esteja sendo realizada com eficiência (Olenike, 2015; Crepaldi, 2012).

## 2.4 Análise Bibliométrica

Devido ao constante e acelerado processo de modernização e globalização do mundo, os avanços tecnológicos têm auxiliado para que a informação esteja ao alcance de todos. Através da internet e da tecnologia da informação, fontes de pesquisa possibilitaram o aumento de pesquisas e com isso cresceram as vantagens e benefícios das plataformas digitais para o incentivo à pesquisa de maneira rápida e gratuita.

Vieira *et. al* (2015, p. 7) descreve que a bibliometria “[...] surgiu no século XX em razão do meio científico sentir a necessidade de estudo e avaliação das atividades de produção e comunicação científica [...]”. Porém, consolidou-se em 1969 quando definiram a literatura como elemento importante no processo de disseminação do conhecimento e que as características de um artigo ou de um livro poderiam ser analisadas estatisticamente (VIEIRA *et al.*, 2015). Como observado a bibliometria surgiu a menos de cem anos e desde então contribui de forma significativa para os trabalhos acadêmicos. No entanto, a bibliometria por si só não é suficiente, é necessário o complemento de outros estudos.

Para Araújo (2006, p. 25): “os estudos bibliométricos realizam uma leitura de dados bibliométricos à luz de elementos do contexto sócio histórico em que a atividade científica é produzida”, isso significa dizer que as técnicas de bibliometria se utilizadas isoladamente não são suficientes para interpretar os indicadores produzidos, sendo necessária a associação da bibliometria com outros métodos e referenciais teóricos.

A bibliometria utiliza de métodos de medição, técnicas estatísticas e, portanto, entende-se que a bibliometria é um método de computação de dados que visa analisar produções bibliográficas (Guedes; Borschiver, 2005). Araújo (2006) afirma que a bibliometria surgiu para acompanhar o crescimento e desenvolvimento da ciência, ela se aprofunda na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas com objetivo de obter uma análise quantitativa da informação, buscando traçar características da literatura e de outros meios de comunicação. Araújo (2006, p. 12) descreve “a utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria”.

Para Lima, Diniz e Silva (2012), os estudos bibliométricos estão ganhando proeminência entre os pesquisadores de todas as áreas do Brasil, e uma destas é a área contábil. Naseer e Mahmood (2009 apud Silva *et al.*, 2011) mencionam que dentro da análise bibliométrica existem dois tipos de estudo, os descritivos e os avaliativos. Os estudos descritivos referem-se à produtividade obtida pela contagem de livros, periódicos e outros formatos de comunicação, enquanto que os estudos avaliativos estão relacionados ao uso da literatura por meio da contagem de referências e citações em trabalhos de pesquisa.

### 3. Metodologia da pesquisa

A Metodologia deste trabalho quanto ao objetivo é descritiva (Beuren, 2008) porque tem a finalidade de descrever o que esta sendo publicado na Base Atena sobre o assunto em estudo. Conforme Andrade (2006 p. 124) “na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica, por se tratar de uma pesquisa cujo material a ser analisado já foi produzido, ou seja, analisa a produção científica existente (Martins; Theóphilo, 2009).

Destaca-se que é adotada a análise bibliométrica. Vanti (2002) explica que está se realiza através de análises quantitativas, estatísticas e de visualização de dados para mapear a estrutura do conhecimento de um assunto e para análise do comportamento dos pesquisadores em suas decisões na construção desse conhecimento. O uso deste instrumento é importante, pois, através dele é possível contribuir no desenvolvimento de uma Ciência, auxiliando na construção do conhecimento científico mediante análises quantitativas e estatísticas. Além que é possível perceber o modo pelo qual os pesquisadores tomam suas decisões frente a esta estruturação do saber. Logo, verifica-se que a bibliometria relaciona-se com a proposta desta pesquisa. O recorte da pesquisa foi determinado de 2012 a 2016, em função de 2017 não ser um ano concluído e anterior a 2012 estar em processo de mudança da legislação fatores que influenciam e muito na parte tributária.

Esta pesquisa além de quantitativa, característica das pesquisas bibliométricas, também é qualitativa por tratar de uma observação aos artigos publicados na Base Atena e assim verificar o que esta sendo construído de conhecimento científico sobre os temas propostos em estudo relacionados ao Planejamento Tributário.

No trabalho a coleta de dados é de característica longitudinal, pois se analisa um período de quatro anos de publicações dos artigos publicados na Base Atena que reúne doze revistas da área contábil e gestão. Foi selecionada a Base Atena por conter revistas com ISSN e reconhecidas pela comunidade acadêmica pela qualidade.

Os assuntos foram delimitados de acordo com o estudo que foi estruturado com os seguintes assuntos: Tributária, Tributário e Tributos.

A Base Atena é considerada um sistema de editoração de revistas, isto é, uma plataforma teórica que reúne os periódicos explanados a seguir:

- Pensar Contábil (Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro) que possui conceito Qualis/Capes: B3, ISSN eletrônico: 2177 - 417X, está indexada em

www.latindex.org, www.spell.org.br, www.ebsco.com.

- Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) possui ISSN da versão on -line (atual): 1984 -3291. A periodicidade é quadrimestral e possui Classificação: Qualis B5.
- SCG - Recebe o título de Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão (SCG) é uma revista que mantém seu compromisso e seus esforços editoriais para servir de instrumento indispensável à disseminação de conhecimento produzido por pesquisadores, professores, gestores e atores sociais e políticos comprometidos com o desenvolvimento de temas de contabilidade e gestão que sejam relevantes para a sociedade. Possui um vínculo com o (PPGCC – Programa de Pós Graduação de Ciências Contábeis da UFRJ). Qualis B2, ISSN: 1982-7342, periodicidade quadrimestral e está indexada em: <https://doaj.org> e <http://www.spell.org.br>.
- Revista Ambiente Contábil é um periódico que tem como base a UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte possui conceito: QUALIS CAPES B3. ISSN 2176-9036. Dentre uns de seus vários indexadores estão: <http://www.spell.org.br> e <https://doaj.org>.
- Revista Contabilidade e Finanças da USP (Universidade de São Paulo – Departamento de Contabilidade e Atuária), que é produzida por professores, pesquisadores, alunos e profissionais do Brasil e do exterior. Está classificada como Qualis/CAPES A2. ISSN: 1808-057X.
- Revista ADM Made é um periódico do Programa do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá (MADE/UNESA) – Rio de Janeiro. Está classificada no Qualis/CAPES como B2 nas áreas de administração, Ciências Contábeis e Turismo, Engenharias II e III. Acesso em: <http://revistaadmmade.estacio.br> . ISSN 2237-5139.
- ASSA (Advances in Scientific and Applied Accounting), organizada pela AnpCONT – Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis, com classificação no Qualis/CAPES B1. ISSN: 1983-8611.
- Revista Evidenciação Contábil e Finanças da UFPB; classificada como Qualis/CAPES B3 ISSN: 2318-1001.
- Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade é um periódico vinculado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Está classificada no Qualis/CAPES

como B3 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. ISSN: 2238-5320.

- Contabilidade, Gestão e Governança – UNB (Universidade Nacional de Brasília) está classificada no Qualis/CAPES como B1. ISSN: 1984-3925.
- Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI – Universidade Federal do Piauí (GeCont). Possui classificação no Qualis/CAPES como B4. ISSN: 2358-1735.
- Revista Mineira de Contabilidade é um periódico técnico/científico com edição quadrimestral, mantido pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG). Sua missão é divulgar a produção de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos na área contábil. Está classificada no Qualis/Capes como B3. ISSN eletrônico: 2446-9114.

#### 4. Descrição e análise dos resultados

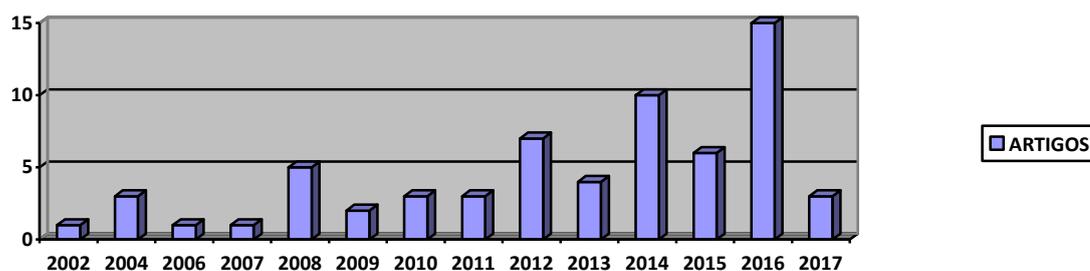
Para se alcançar os propósitos desta pesquisa, foi realizada uma análise bibliométrica dos artigos publicados na Base Atena.

##### 4.1 Análise Bibliométrica das Publicações da Base Atena no período de 2012 a 2016

A amostra foi definida pela acessibilidade contida na Base Atena e porque engloba revistas com ISSN. A maioria delas publicam suas edições quadrimestralmente, isto significa que os periódicos são distribuídos 3 (três) vezes por ano.

Os artigos foram selecionados mediante as palavras chaves determinadas anteriormente e foram encontrados 64 (sessenta e quatro) artigos distribuídos entre os anos de 2002 até 2017. O site da revista disponibiliza o campo “conteúdo da revista”, definiu-se optar pelo item “todos os índices”, desta forma a pesquisa identifica se as palavras selecionadas encontram-se em qualquer um destes setores do artigo: autor, título, resumo, termos indexados e texto completo.

**Gráfico 1** - Levantamento dos Artigos da Base Atena



**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2017.

Observa-se que o assunto envolvendo o planejamento tributário se tornou mais relevante com o passar dos anos. No ano de 2002 apenas um artigo foi encontrado, já em 2008 foram encontrados cinco. Nos anos de 2003 e 2005 não foram encontrados nenhum artigo sobre essa temática, mas a partir de 2006 sempre foi publicado, ao menos uma pesquisa. Em 2014 esse número passou para oito e o campeão em publicações foi o ano de 2016 onde foram encontrados 15 (quinze) artigos com essa temática. Percebe-se então que nos últimos anos, tem se publicado mais sobre este assunto.

#### 4.2 Critérios de Seleção

As palavras chaves escolhidas foram: tributos, tributária e tributário; pois envolvem o tema Planejamento Tributário. Como foi visto no tópico anterior foram coletadas e analisadas várias publicações, que se iniciaram com o número de 64 (sessenta e quatro) artigos envolvendo a busca pelas palavras chaves.

A busca resultou em 13 (treze) artigos envolvendo a palavra Tributos, 10 (dez) com a palavra Tributário e 41 (quarenta e um) com a palavra Tributária. Os vinte e dois artigos, como mostra na tabela a seguir, estão fora do período da amostra (2012 a 2016), portanto não fazem parte da pesquisa.

**Tabela 1** – Artigos selecionados pelas Palavras Chaves

| PALAVRAS CHAVES           | ARTIGOS ENCONTRADOS |
|---------------------------|---------------------|
| TRIBUTOS                  | 13                  |
| TRIBUTÁRIO                | 10                  |
| TRIBUTÁRIA                | 41                  |
| TOTALIZANDO               | 64                  |
| FORA DO PERÍODO           | 22                  |
| NO PERÍODO DE 2012 A 2016 | 42                  |
| REPETEMNASPALAVRASCHAVES  | 6                   |
| TOTAL DE ARTIGOS          | 36                  |

**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2017.

Observa-se que a pré-seleção do período amostral eliminou da pesquisa alguns artigos, restando 42. A delimitação através das palavras chaves, eliminaram mais seis artigos que se repetem e, portanto, foram retirados do enfoque da pesquisa. Destes seis artigos, quatro se repetem em duas palavras chaves e um se repete por três vezes ao selecionar as palavras chaves, ou seja, o mesmo artigo foi selecionado mais de uma vez, motivo pelo qual se eliminou os duplicados. Portanto, o alvo da pesquisa são 36 artigos selecionados.

### 4.3 Revistas Indexadas na Base Atena

Neste tópico, analisaram-se as revistas do período amostral dos últimos cinco anos (2012 a 2016), foi descartado 2017 por não ter concluído o ano. Foram coletadas e analisadas várias publicações, e com isso percebeu-se quais as revistas da Base Atena mais publicam abrangendo o tema de Planejamento Tributário.

**Tabela 2 - Revistas que Mais Publicam no período amostral de 2012 a 2016**

| REVISTAS                                  | QTDE |
|---|------|
| REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL                 | 18   |
| REVISTA DE CONTABILIDADE DA UERJ          | 9    |
| REVISTA GESTÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE  | 5    |
| PENSAR CONTÁBIL                           | 4    |
| REVISTA DE GESTÃO E CONTABILIDADE DA UFPI | 2    |
| ASSAA                                     | 2    |
| SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO.        | 2    |
| TOTAL                                     | 42   |

**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2017.

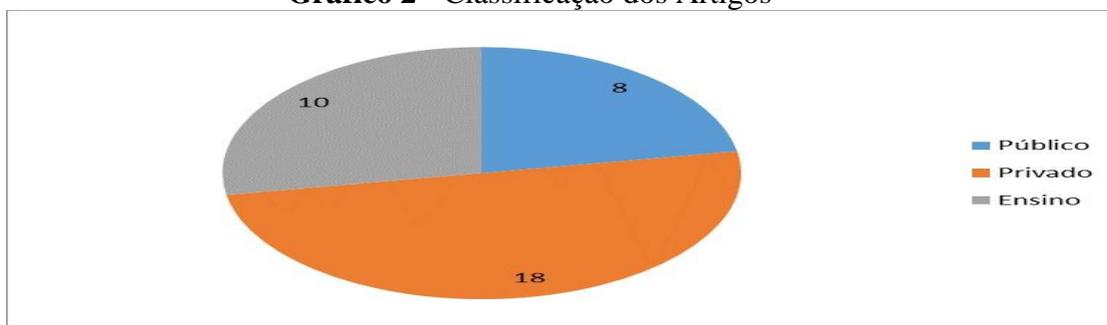
Diante desta tabela, observa-se que a revista que mais tem publicado nestes últimos anos é a Revista Ambiente Contábil com o total de 18 artigos envolvendo os temas de Planejamento Tributário, etc. Ainda, analisou-se que a segunda revista que mais tem publicado é a Revista de Contabilidade da UERJ com nove artigos publicados e já a Revista Gestão, Finanças e Contabilidade publicou cinco. A revista Pensar Contábil publicou quatro artigos e três revistas publicaram dois artigos: Revista Gestão e Contabilidade da UFPI, ASAA e Sociedade, Contabilidade e Gestão.

### 4.4 Classificação dos Artigos por Temas

Neste tópico foi analisado a forma pela qual os artigos do período amostral estão sendo escritos. Analisou-se então a partir da classificação trissetorial da sociedade, que é dividida em três setores: primeiro, segundo e terceiro setor segundo as linhas de pesquisa dos artigos encontrados. Considera-se nesta classificação como artigos do primeiro setor as pesquisas realizadas na área pública; o segundo setor são caracterizadas as pesquisas da área privada, e o terceiro setor para os trabalhos relacionados às instituições sem fins lucrativos. Percebeu-se que foram encontrados artigos com pesquisa de enfoque no primeiro e segundo setor e nenhum com a linha do terceiro setor. Embora, não tenham-se encontrado artigos nesta

última área, foi colocado em Ensino, os artigos relacionados à educação, ao ensino desta área tributária, etc. como mostra no gráfico abaixo. Destacando que os artigos repetidos foram desconsiderados, totalizando 36 artigos a analisar.

**Gráfico 2 - Classificação dos Artigos**



**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2017.

Os artigos caracterizados como do setor público que correspondem a oito trabalhos, em sua maioria tratam a respeito da receita municipal, das receitas tributárias e a aplicação destes recursos públicos, dos incentivos fiscais. Os trabalhos denominados como do Setor Privado, foram 18, tratam principalmente do impacto da carga tributária no segundo setor e estudos de caso. Os artigos caracterizados como de ensino tratam: trabalhos sob a percepção de alunos ou de entrevistados no geral, assim como discussões sobre a carga tributária e o incentivo ao planejamento tributário.

Percebe-se que a maior quantidade de trabalhos encontrados estão seguindo a linha de pesquisas do setor privado, isto é, os artigos que mais estão sendo publicados abordam os aspectos da carga tributária, o impacto dela e os benefícios do planejamento tributário.

#### **4.5 Metodologia Frequente nos Artigos**

Segundo Beuren (2008) as tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos na área contábil são geralmente: levantamento ou survey; pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Este tópico tem o foco de verificar a metodologia dos trabalhos do período amostral. Sendo assim, delimitou-se dentre os artigos encontrados, a metodologia da pesquisa como estudo de caso, levantamento ou survey, técnicas bibliométricas e a pesquisa documental, que por sinal, todas as pesquisas documentais também tinham como tipologia quanto aos objetivos, a pesquisa descritiva. Detectaram-se também duas pesquisas caracterizadas como Análise de Cluster.

**Gráfico 3 - Metodologia dos Artigos**

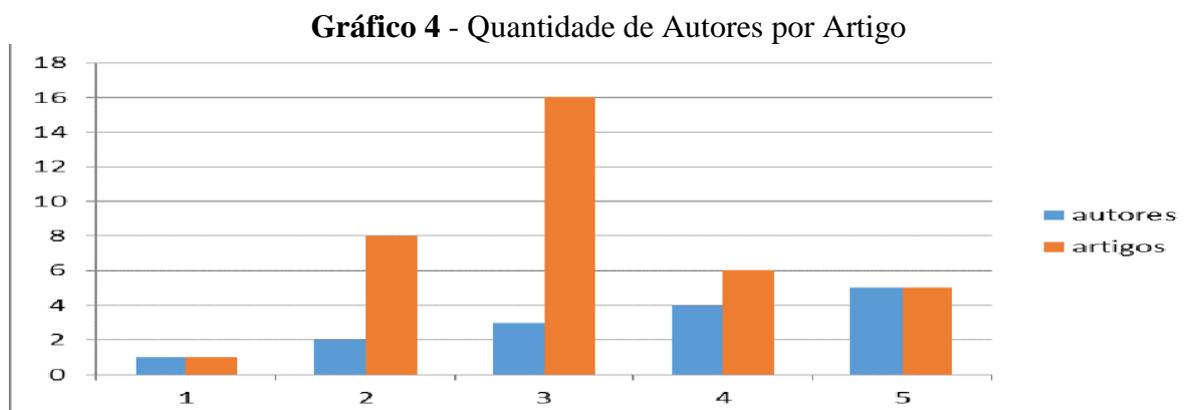


**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2017.

Observa-se que foram encontrados na amostra, três artigos como estudos de casos, e a pesquisa mais frequente foi realizada pelo método de Levantamento ou Survey, presente em treze artigos. Dentre os artigos, analisaram-se pesquisas que tiveram suas metodologias voltadas para análise bibliométrica que totalizaram oito trabalhos. Dez pesquisas foram detectadas como pesquisa descritiva e documental e, além disto, encontram-se duas outras pesquisas cuja metodologia se enquadraram como análise de Cluster, no entanto uma delas é pelo método K-médias e a outra aplicando o Teste T. Diante disto, é possível afirmar que a metodologia mais frequente e encontrada foi a do levantamento ou survey.

#### 4.6 Quantidade de autores por artigos

A base Atena recomenda que os artigos a serem enviados devem apresentar conteúdo original, selecionada exclusivamente a ela e em qualidade efetiva. Neste tópico foi analisada a quantidade de autores por artigos envolvendo o tema de planejamento tributário no período de 2012 a 2016.



**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2017.

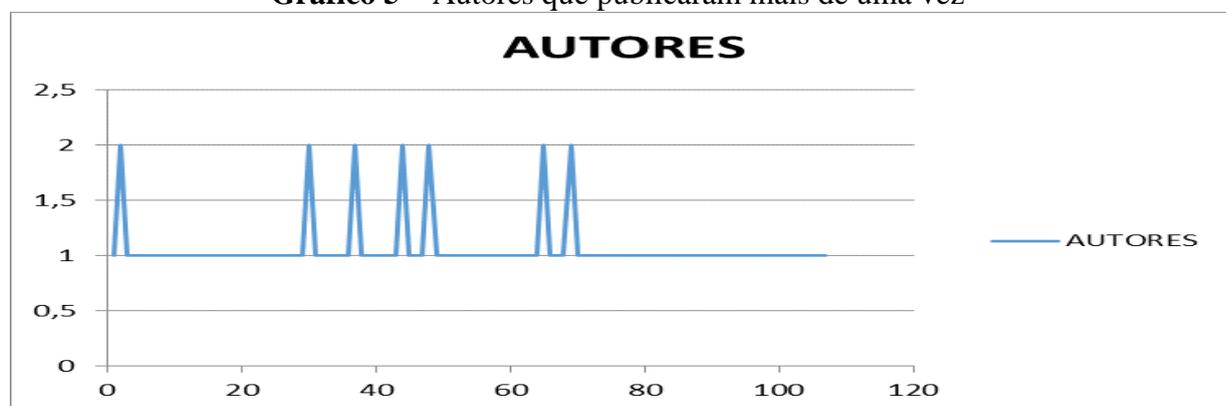
Neste gráfico são analisados os artigos selecionados no período amostral, onde se observa que somente um deles foi escrito por um autor, enquanto os artigos que tiveram dois

autores foram oito. Os trabalhos encontrados com três autores totalizaram 16, já os com quatro autores foram seis. Por fim, os publicados por cinco autores foram cinco trabalhos. Diante disto, percebe-se que o mais frequente são os trabalhos de três autores, pois tiveram quantidade de maior de publicações encontradas.

#### 4.7 Autores que Publicaram mais de uma vez

Neste tópico analisaram-se os autores que publicaram uma ou mais de uma vez. O gráfico a seguir mostra a quantidade de autores que publicaram neste período amostral. Foram analisados todos os trabalhos que totalizaram 36, e os respectivos autores que totalizaram 114. Dentre estes autores, apenas sete deles publicaram mais de uma vez.

**Gráfico 5 – Autores que publicaram mais de uma vez**



**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2017.

Sendo assim, pode se concluir dizendo que a quantidade de autores que se destacam são sete, os demais tiveram apenas uma publicação neste período amostral, sendo que os que repetiram tiveram duas publicações em dois trabalhos diferentes. Os autores que publicaram duas vezes são: Adriana Fernandes de Vasconcelos, Evandro de Nez, Lucimar Antônio Cabral, Luiz Antônio Abrantes, Geovane Camilo Santos, Hudson Fernandes Amaral e Jéssica Rayse de Melo Silva Ávila.

A pesquisa possibilitou observar que dentre estes autores que se publicaram dois artigos, o autor Geovane Camilo dos Santos escreveu um artigo sozinho e depois outro em conjunto com mais um autor.

#### 5. Considerações finais

Diante da realidade da carga tributária brasileira surge a necessidade de elisão fiscal, que também é chamado de planejamento tributário. Este planejamento se difere da evasão

fiscal, que é uma forma de sonegação fiscal propriamente dita. A empresa ou pessoa física que escolhe realizar o planejamento tributário deve pautar-se na legalidade.

A elisão fiscal tem como objetivo a economia tributária, a redução da carga tributária e auxiliar o contribuinte a pagar menos tributos, diminuir o ônus tributário antes do fato gerador. Essa forma de se planejar é prevista por lei, no entanto pode se utilizar do processo de planejamento tributário através das lacunas existentes na lei de maneira que não a infrinja.

O planejamento tributário acarreta benefícios para a instituição que a adota. Esses benefícios refletem diretamente nos resultados da empresa. Diante da necessidade e das benfeitorias da economia tributária, este trabalho torna-se relevante para a sociedade, para os interessados na área, tais como empresários e tributaristas, bem como para a academia, pois a análise bibliométrica favorece a construção da informação no processo científico.

Através da bibliometria utilizou-se de técnicas estatísticas para chegar ao resultado proposto para esta pesquisa. Foi escolhida a Base Atena, um Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas e nesta base foi possível levantar a quantidade de trabalhos do período amostral selecionado, os últimos cinco anos (2012 a 2016). A partir desta análise, percebeu-se o aumento da quantidade de artigos publicados, com destaque para o ano de 2016, que dentro do período amostral foi o ano que teve maior número de publicações, totalizando 15 artigos.

Os critérios de seleção foram as palavras chaves utilizadas para envolver esta temática: Tributos, Tributário e Tributária. No total foram 64 artigos encontrados, no entanto depois da seleção da amostra, esse número passou a 36, pois foram desconsiderados artigos que se repetiam.

Nestes artigos analisados, observou-se a quantidade de revistas que publicam sobre o assunto da pesquisa, das 12 revistas indexadas na Base, apenas sete revistas têm publicado. Identificou-se também que a revista com maior quantidade de publicações é a Revista Ambiente Contábil com o total de 18 artigos e em segundo lugar com nove artigos a Revista de Contabilidade da UERJ.

A pesquisa também teve a finalidade de verificar para qual setor os periódicos foram mais direcionados quanto ao assunto, e dentre eles, o setor privado ganhou maior destaque. Na análise foram encontrados artigos com pesquisa de enfoque no primeiro e segundo setor e nenhum com a linha do terceiro setor. Desta forma alguns artigos foram enquadrados num setor denominado outro, que inclui pesquisas sobre o assunto educação etc.

O trabalho também buscou verificar quais as metodologias da pesquisa foram mais destacadas nos artigos neste período amostral, onde predominou o levantamento/survey.

A abordagem através da bibliometria permitiu identificar a quantidade de autores por

artigos, onde se destacaram os artigos publicados que foram elaborados por três autores. Verificou-se a quantidade de autores que publicaram mais de um artigo durante o período amostral. Dentre os 114 autores analisados apenas sete deles publicaram duas vezes em dois trabalhos diferentes, os demais tiveram apenas uma publicação.

Concluí-se que existem poucas publicações no período em análise sobre assunto Planejamento Tributário, principalmente em função da importância do tema. Sugere-se em futuras pesquisas ampliar as palavras chaves incluindo, por ex., tributação assim como realizar a busca em outras bases como Spell, Scielo e internacionais.

## Referências

Amaro, L. (2006). *Direito tributário Brasileiro*. 12ed. São Paulo: Saraiva.

Andrade, M. M. (2006). Pesquisa Científica: Noções Introdutórias. In: *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 7 ed. São Paulo: Atlas.

Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun.

Base Atena. Disponível em: <<http://www.atena.org.br>>. Acesso em contínuo.

Beuren, I. M. (2008). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

BRASIL. *Código Tributário Nacional*. Disponível em: <[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)>. Acesso em contínuo.

BRASIL. *LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. *LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

Campos, M. (2016). *A alta carga tributária em um país em recessão*. Jun/2016. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

Carvalho, P. de B. (2011). *Curso de Direito Tributário*. 23ed. São Paulo: Saraiva.

Crepaldi, S. A. (2012). *Planejamento Tributário: Teoria e Prática*. 1 ed. São Paulo: Saraiva.

Fabretti, L. C. & Fabretti, D. R. (2011). *Direito Tributário para os cursos de Administração e Ciências Contábeis*. 8. ed. São Paulo: Atlas.

Ferreira, P. A. (2015). *Ajustes são necessários, mas permitam-nos sobreviver e competir*. Mai. Disponível em: <<https://www.dm.com.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

Freitas Jr, G. & Cintra, L. A. (2010). *Carga Tributária: mais injusta que excessiva*. Jul. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Guedes, V. F.S. & Borschiver, S.(2005). Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: Encontro Nacional de Sistemas de Informação (CINFORM), 6, 2005, Salvador, *Anais ...*, Salvador, UFBA.

IBPT. (2015). *Carga Tributária caiu em 2014 – mas relação do Brasil com impostos não melhorou*. Nov. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Lima, F. D. C.; Diniz, J. R. & Silva, D. M. (2012). Perfil de Produção Científica em Contabilidade: um comparativo entre os periódicos Contabilidade Vista e Revista Universo Contábil no período de 2006 a 2010. In: Congresso Brasileiro de Custos, 19., 2012, Gramado. *Anais....*São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos.

Marion, J. C.; Dias, R. & Traldi, M.C. (2002). Projeto de Pesquisa. In: *Monografia para os cursos de Administração, Contabilidade e Economia*. 1 ed. São Paulo: Atlas.

Marion, J. C. (2002). *Contabilidade Empresarial*. 10ª edição, São Paulo: Editora Altas.

Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2009). Polo teórico, Polo sobre avaliação quantitativa e qualitativa. In: *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2 ed. São Paulo: Atlas.

Nakagawa, F. (2016). *Brasil tem maior carga tributária da América Latina*. Mar. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Olenike, J. E. (2015). *Dicas para obter um planejamento tributário eficaz*. Jun. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

Oliveira, A. B. S. (2003). Elaborando projeto de pesquisa. In: *Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade*. São Paulo: Saraiva.

Oliveira, L. (2016). *Planejamento Tributário: como fazer o da sua empresa*. Set. Disponível em: <<https://capitalsocial.cnt.br/planejamento-tributario/>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

Pomoceno, P. F. (2008). *Fato Gerador da Obrigação Tributária*. Set. Disponível em: <<http://www.aprendatributario.com.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

POLÍTICA BRASILEIRA. (2016). *Como a Carga Tributária Afeta o Cidadão*. Jun. Disponível em: <http://blogdapoliticabrasileira.com.br>. Acesso em fev. 2017

Rufino, C. (2011). *Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Uma visão ampla*. Jul. Disponível em: <http://professorclaudiorufino.blogspot.com/2011>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

Silva, F. A. O.; Carpinetti, M. F.; Silva, B, M. F. T. & Alvareli , L.V.G.. (2011). A importância do planejamento tributário nas empresas mediante a complexa carga tributária brasileira. *Janus*, Lorena n.13, Jan/Jun.

Silva, M. R.; Hayashi, C. R. M. & Hayashi, M. C. P. I. (2011). Análise Bibliométrica e Cientrométrica: Desafios para especialistas que atuam no campo. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v.2 n.1 p. 110-129, jan/jun.

Souza, V. R. P. & Catana, L. L. T. O. (2009). Espécies tributárias: Taxas. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 69, out . Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo\\_id=6621&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=6621&n_link=revista_artigos_leitura)>. Acesso em: 02 fev 2017.

Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. In: *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162.

Vieira, L. A. C. (2009). *A importância do Planejamento Tributário*. Mai. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

Vieira, R. L.P.; Teixeira, F. S.& Hansen, J. E. (2015). Análise Bibliométrica dos Artigos sobre Auditoria Publicados na Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (Repec) no período de 2008 a 2014. In: *Congresso Ufu De Contabilidade*, 1. Uberlândia, Ufu.

Zanluca, J. C. (2017). *Planejamento Tributário para 2017*. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>. Acesso em Março de 2017.